

A inserção de civis brasileiros no Sistema ONU:

Oportunidades e desafios



**BRAZIL
IN THE
WORLD**

Renata Avelar Giannini



UN Photo/Marco Dormino



INSTITUTO
IGARAPÉ

Apesar das aspirações globais do Brasil, é ainda limitado o engajamento de civis brasileiros nos esforços para a manutenção da paz internacional, seja através de organizações internacionais, seja através da cooperação, como através de cooperação técnica bilateral ou triangular. Existem, no entanto, espaços de inserção na Organização das Nações Unidas (ONU) que são subaproveitados pelo Brasil e que poderiam servir como um importante canal para aumentar a influência do país na agenda da segurança internacional. Esta Nota Estratégica demonstra que de um total de 85 mil civis que trabalham no Sistema ONU, 587 são brasileiros, o que corresponde a somente 0,7%. Destes somente 36 atuam em missões de paz. Apesar disso, existem alternativas ao recrutamento regular que o Brasil poderia explorar, em particular: o (1) Junior Program Officer/Associate Expert Program, e (2) o Government Provided Personnel. Considerando-se as aspirações globais do país, a participação nestes programas de inserção de civis contribuiria para consolidar a presença do Brasil nos esforços pela paz.

A inserção de civis brasileiros no Sistema ONU:

Oportunidades e desafios

Renata Avelar Giannini¹

Introdução

Nas últimas décadas, o Brasil apresentou interesse e disposição em participar mais ativamente da agenda de paz e segurança internacional.² Apesar disso, ainda é limitado o número de especialistas civis brasileiros desdobrados em países em conflito, egressos de conflito ou que enfrentam graves crises humanitárias, seja através de missões da ONU, seja por meio da cooperação técnica bilateral ou triangular. No caso específico do Sistema ONU, há categorias de inserção que são total ou parcialmente financiadas pelos Estados-membros e que, assim, podem representar oportunidades para o país “patrocinador”. As principais vantagens seriam: a projeção de *soft power* em um ambiente multilateral de cunho universal; a atuação estratégica com a seleção de países, temas e órgãos da ONU para a atuação de civis brasileiros que estejam de acordo com o interesse nacional; e a aplicação, em território nacional, da experiência acumulada antes e durante a missão no terreno.

Esta **Nota Estratégica** demonstra que:

- Há diferentes espaços para a atuação de civis no Sistema das Nações Unidas, que hoje abriga quase 85 mil civis de praticamente todos os Estados-membros da ONU;
- Há cerca de 40 países com mais de 500 nacionais empregados no Sistema ONU e o Brasil é um deles, com 587 civis empregados na ONU, nas categorias de “serviços gerais” e “profissionais”;
- O Brasil está sub-representado no Sistema, sobretudo na área de paz e segurança internacional: dos 314 brasileiros da categoria “profissional”, equivalentes a 0,38% do total de civis da ONU, apenas 36 trabalham em missões de paz ou missões políticas especiais;
- Além do recrutamento regular, há pelo menos quatro programas de inserção de civis no Sistema ONU, total ou parcialmente financiados pelos Estados-membros: (a) Junior Program Officer/Associate Expert Program; (b) Government Provided Personnel, (c) Special Assistant for the Resident Coordinator; e (d) o Gratis Personnel.
- Para ser coerente com suas ambições globais, atuando com mais influência no processo decisório sobre paz e segurança internacional, o Brasil deveria se engajar com pelo menos um desses quatro programas de inserção de civis no Sistema ONU.

Ao fazer um levantamento sobre as principais formas de inserção de civis na ONU, esta Nota Estratégica destaca

¹ A autora gostaria de agradecer Eduarda Passarelli Hamann pelos valiosos comentários e sugestões, bem como pelo incansável trabalho de edição.

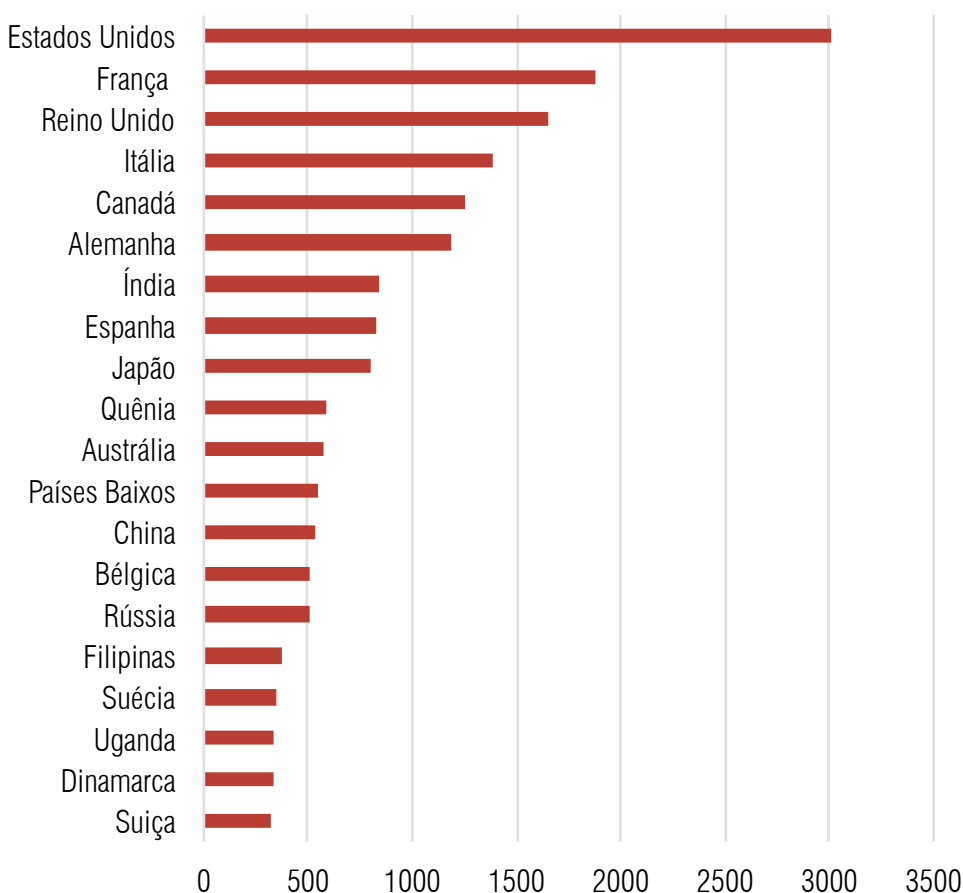
² Para mais informações, ver: Hamann (2013).

as categorias que se apresentam como as mais vantajosas para cumprir o interesse brasileiro de contribuir de maneira mais pró-ativa para os esforços internacionais para a paz duradoura. Para tanto, o texto foi dividido em três partes. A Seção 1 oferece um panorama geral dos civis na ONU, enfatizando as áreas e agências em que atuam os civis brasileiros. A Seção 2 trata das categorias de inserção de civis parcialmente financiadas por Estados-membros. Por fim, a Seção 3 abordará as vantagens e oportunidades que os programas oferecem para o Brasil.

A inserção de civis no Sistema ONU

O Sistema das Nações Unidas dispõe de 83.319 civis que trabalham nas categorias “profissional” e “serviços gerais” e que servem tanto o Secretariado como as diversas agências, programas e fundos da ONU.³ Há funcionários civis profissionais de quase todas as nacionalidades dos Estados-membros, sendo que as nacionalidades mais representadas, ou seja, com mais de 500 civis empregados são de somente 40 países. As mais significativas, em números absolutos, são de países desenvolvidos, com os Estados Unidos em primeiro lugar, seguidos de França, Reino Unido, Itália e Canadá⁴ - juntos, civis de tais nacionalidades correspondem a 11% do total.

Gráfico 1: 20 principais países que contribuem com civis em Categorias Profissionais - Dezembro, 2012



Fonte: ONU - Chief Executive Board for Coordination 2013.

3 A categoria “profissional” inclui os funcionários dos níveis profissionais (P), de diretoria (D) e os representantes do Secretário Geral (ASG e USG, nas siglas em inglês). Na categoria “serviços gerais”, incluem-se os trabalhadores manuais, serviços de segurança, professores de idiomas e outros serviços realizados no terreno.

4 Ver: ONU – Chief Executive Board for Coordination 2013.



Representante da Seção de Assuntos Cívicos da Missão das Nações Unidas na República Central Africana e no Chade (MINURCAT) ensina mulheres e refugiados a utilizarem rádios carregados à luz solar (Chade, 5 de maio de 2009)

UN Photo/Olivia Grey Pritchard

Vale notar que entre os países do sul global, somente Índia e Quênia estão entre as 10 principais nacionalidades de civis na categoria profissional. O Brasil está sub-representado: há somente 314 brasileiros contratados nesta categoria, o que equivale a 0,38% do total. Ao analisar onde estão estes brasileiros, vê-se somente 83 estão empregados no Secretariado e, entre estes, 36 estão desdobrados em missões de paz (coordenadas pelo Departamento de Operações de Paz da ONU - DPKO) ou missões políticas especiais (coordenadas pelo Departamento de Assuntos Políticos - DPA).⁵ Além disso, somente 5 brasileiros ocupam postos sênior, em categorias igual ou superior a D1.⁶ Este é um número bastante reduzido para um país com aspirações globais e com a intenção de participar mais ativamente da agenda de segurança internacional.

A grande maioria dos civis brasileiros da categoria “profissional” trabalha nas agências, programas e fundos do Sistema ONU, com destaque para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), onde o número de civis brasileiros é o maior: são 39 e equivalem a 8% do total de funcionários desta organização. Em segundo e terceiro lugares estão a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com 22 e 20 brasileiros, respectivamente. Embora, em termos proporcionais, a presença de brasileiros nessas e demais agências seja pequena (1,08% na OMS e 1,23% na FAO), é interessante notar que a maior presença de brasileiros está justamente nas áreas em que o país mais contribui em termos de cooperação técnica prestada: agricultura e saúde.

⁵ Funcionário da ONU que preferiu não se identificar, em entrevista realizada à autora (setembro de 2013).

⁶ Vermeij, Troost e Sazak (2013).

Além de a presença de brasileiros no Sistema ONU ser relativamente limitada, muitos deles estão empregados nos escritórios sediados no território brasileiro. Alcançar uma maior representação dentro da organização pode ser estratégica para mostrar o envolvimento e a capacidade do país com questões relacionadas ao desenvolvimento e à segurança internacional. Além disso, tal inserção proporcionará oportunidades para o país em termos de projeção de *soft power*, devido à atuação específica em áreas e países elencados como prioridade para a política externa brasileira. Finalmente, trata-se também de uma importante forma de melhorar a capacidade institucional do país em ajuda para o desenvolvimento, ao contar em território nacional com profissionais que já teriam sido desdobrados em áreas de conflito, em contextos de reconstrução pós-conflito ou mesmo em crises humanitárias.

Um dos fatores que explica a limitada participação é a falta de conhecimento entre organizações da sociedade civil e cidadãos brasileiros sobre as modalidades de recrutamento das Nações Unidas, tanto as regulares como as não regulares. Um exemplo é o CapMatch, que consiste em uma plataforma online para conciliar a demanda e a oferta de capacidades civis em cinco áreas de difícil recrutamento.⁷ De um lado, estão governos, missões da ONU e instituições de países fragilizados, em conflito ou egressos de conflito, que anunciam vagas para especialistas civis de determinadas áreas de atuação. Do outro, estão governos e organizações que anunciam suas capacidades e conhecimentos específicos, bem como a disponibilidade de financiá-los, se possível.⁸

A seção seguinte abordará as categorias para inserção de civis que são total e/ou parcialmente financiadas pelos Estados-membros. Em seguida destacam-se as oportunidades e vantagens para o Brasil.

Categorias patrocinadas pelos Estados-Membros

Existem pelo menos quatro programas para a inserção de civis no Sistema ONU. As categorias financiadas total ou parcialmente por Estados-membros apresentam vantagens e oportunidades para a ONU, para os Estados anfitriões e também para os Estados “patrocinadores”.

Para a organização, a principal vantagem é o processo mais rápido e eficiente de contratação e, dependendo do programa, contar com especialistas qualificados e experientes em questões de desenvolvimento, paz e segurança. O processo de contratação de civis pelo recrutamento regular do Sistema ONU não só é demorado, como também é pouco eficaz - a taxa de desocupação, medida pela diferença entre as vagas oferecidas e as preenchidas, chega a quase 20%.

Para Estados que recebem a experiência dos civis, a principal vantagem é contar com profissionais qualificados que são rapidamente desdobrados a seu território e que se dedicarão aos esforços internacionais para a consolidação da paz. Uma vantagem indireta é a transferência do conhecimento que pode ocorrer através do contato entre estes profissionais e cidadãos locais que desempenham funções no governo, por exemplo.

7 Ver: < <https://capmatch.dfs.un.org/Capmatch/>>.

8 No Brasil, há apenas duas instituições cadastradas no CapMatch: o Instituto Igarapé, como sociedade civil, e a Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério de Relações Exteriores.



Peacekeepers e funcionários civis da ONU contribuem para o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração de militares no Burundi (01 de dezembro de 2004)

UN Photo/Eric Kanalstein

Finalmente, para Estados-membros patrocinadores e menos desenvolvidos beneficiados por programas de cooperação bilateral ou triangular, a participação ativa de seus cidadãos no Sistema ONU acarreta uma melhor representação nacional entre os funcionários civis da ONU, e principalmente, nacionais altamente qualificados e com experiência no terreno, que podem influenciar processos decisórios.

Entre os programas financiados por Estados-membros, destacam-se os voltados para a inserção de jovens, como o Junior Program Officer (JPO)/ Associate Expert Program (AEP),⁹ bem como o Government Provided Personnel (GPPs)¹⁰, que são profissionais altamente qualificados, empregados temporariamente na organização, em geral nas áreas de missão. Além destes, existe o programa para o Special Assistant for the Resident Coordinator (SARC), formado também por jovens profissionais, ainda que com mais experiência que os JPOs/AEPs. Existem também os chamados Gratis Personnel, que podem ser altamente qualificados e são inteiramente financiados pelos Estados membros.

9 Enquanto as agências e fundos da ONU, como o PNUD, utilizam a expressão “Junior Program Officer”, os escritórios e departamentos filiados ao Secretariado, como o DPKO, utilizam a expressão “Associate Expert Program”. Embora constituam o mesmo programa, profissionais ligados às agências e fundos são administrados pelo JPO Service Center, subordinado ao ao PNUD, enquanto os profissionais alocados ao Secretariado são administrados pelo Escritório de Desenvolvimento de Capacidades do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU. Para mais informação ver: <www.jposc.org/content/programme/presentation-en.html> e <<http://esa.un.org/techcoop/associateexperts/index.html>>. Acesso: 09/09/2013.

10 Ver ONU – Assembleia Geral 2012c (Resolução A/66/255), sobre a necessidade de melhor aproveitamento de especialistas provenientes dos Estados-membros, em particular países do sul global e mulheres. Sobre o pedido do Secretário Geral para aumentar o uso de GPPs, ver ONU – Secretariado 2012b (A/67/312-S/2012/645).

Tabela 2: **Categorias de inserção de civis patrocinadas por Estados membros**

Categorias	Definição	Nível Profissional	Como participar	Ônus
JPO/AEP	Recruta jovens talentosos e os emprega nos diversos órgãos do Sistema ONU, incluindo órgãos ligados ao Secretariado, comissões regionais, fundos e agências da ONU.	P-1 e P-2	País assina MoU com a ONU	total
SARC	Recruta jovens profissionais com experiência que trabalham sob a supervisão do Coordenador Residente. Tem como objetivos melhorar a capacidade de coordenação do Escritório do Coordenador Residente e fortalecer a coerência do Sistema ONU no terreno.	P-3	País assina MoU com a ONU	total
GPP	GPPs são profissionais altamente qualificados, enviados a operações de paz e/ou missões especiais e nomeados pelos Estados membros a pedido da organização quando especialistas em determinadas áreas do conhecimento estão em falta.	P-4/P-5	País postula candidatos a partir das vagas abertas	limitado (somente salários)
Gratis Personnel	Pessoal cedido (<i>seconded</i>) não reembolsável. Se envolvem nas mais variadas funções, desde estagiários e técnicos a profissionais qualificados. Seu uso está regulamentado e são geralmente contratados para cobrir necessidades emergenciais e/ou conhecimentos específicos ausentes na organização.	Variado	País postula candidatos a partir das vagas abertas	total

Fonte: Elaboração da autora.

Entre os principais países participantes destes programas estão os países desenvolvidos e os principais contribuintes para o orçamento regular da ONU: todos os países que contribuem para o programa JPO são membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), exceto a Arábia Saudita e Liechtenstein. Além disso, sete dos dez principais contribuintes para o orçamento regular e de operações de paz aparecem na lista dos financiadores deste programa.

Tabela 3: Países que contribuem com o Associate Expert Program

Países participantes do AEP/JPO	Contribuição Orçamento regular da ONU (ranking em 2013)	Contribuição operações de paz (ranking em 2013)	Membro da OCDE?
Estados Unidos	1	1	Sim
Japão	2	2	Sim
Alemanha	3	4	Sim
França	4	3	Sim
Reino Unido	5	5	Sim
Itália	7	7	Sim
Espanha	9	10	Sim
Austrália	12	11	Sim
Coreia do Sul	13	12	Sim
Países Baixos	15	13	Sim
Turquia	16	33	Sim
Suíça	17	14	Sim
Bélgica	18	15	Sim
Suécia	19	16	Sim
Polônia	20	33	Sim
Noruega	21	17	Sim
Arábia Saudita	22	22	Não
Áustria	23	18	Sim
Dinamarca	24	19	Sim
Finlândia	29	24	Sim
Israel	33	27	Sim
África do Sul	36	43	Não
Hungria	42	39	Sim
Nova Zelândia	43	34	Sim
Luxemburgo	57	42	Sim
Liechtenstein	111	78	Não

Fonte: Elaboração da autora, com base nos documentos ST/ADM/SER.B/866 (ONU – Secretariado 2012a), sobre a contribuição dos países membros à ONU, e no A/67/224/Add.1 (ONU – Assembleia Geral 2012b), sobre a contribuição dos países membros ao orçamento de operações de paz.



A Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) transferem o programa de DDR às autoridades de Tarrangore (Sudão do Sul, 28 de outubro de 2013)

UN Photo/Martine Perret

Os países participantes do SARC e a maioria dos que contribuem com *Gratis Personnel* são também do chamado Norte. No caso do SARC, participam somente Espanha, Noruega, Suécia e Dinamarca.¹¹ No caso do *Gratis Personnel*, por sua vez, existem profissionais na categoria Tipo I, que se refere a estagiários e especialistas em cooperação técnica, e de Tipo II, com especialidades bastante específicas e alta qualificação.¹² Entre 2010 e 2011, 145 nacionalidades estavam representadas entre os do Tipo I, enquanto outras 27 formaram o pessoal do Tipo II.¹³ Embora entre os profissionais do Tipo I sejam bastante variados os principais países participantes, entre os do Tipo II prevalecem países desenvolvidos, como Austrália, Canadá e Suécia, em linha com as críticas provenientes de países do sul global a respeito do (ab)uso de *Gratis Personnel* e a dificuldade de financiamento pelos países menos desenvolvidos. Vale notar ainda que algumas agências parceiras, como o *Norwegian Refugee Council*, financiam nacionais de países menos desenvolvidos.

Realidade semelhante ocorre com GPPs, já que 80% destes profissionais vêm do sul global¹⁴ (Tabela 3) em conformidade com as recomendações do Secretário Geral e o *Senior Advisory Group* sobre capacidade civil, que instam

11 Ver: < <http://www.jposc.org/content/programme/SARC-en.html>>. Acesso: 04/09/2013.

12 O Tipo I refere-se a estagiários, especialistas associados e especialistas em cooperação técnica. O Tipo II inclui todos os demais profissionais financiados pelos Estados-membros (ou seja, que não são estagiários, especialistas associados ou especialistas para cooperação técnica), e que possuem conhecimento específico e não disponível na organização. Eles devem desempenhar funções altamente especializadas e em caráter temporário - por não mais de um ano depois da aprovação do orçamento da missão. Em casos de assistência emergencial, tais profissionais podem ser desdobrados por um período máximo de seis meses, quando mandatos novos ou mais amplos provavelmente já terão sido aprovados.

13 Ver: ONU – Assembleia Geral 2012b (A/67/329/Add.1).

14 Ver: Keaton e Wiharta (2012).

a maior participação destes países nos esforços pela manutenção da paz e segurança internacional.¹⁵ Estes países possuiriam uma vantagem comparativa já que muitos passaram por situações de conflito e crises relativamente semelhantes, com programas de reconstrução e desenvolvimento que obtiveram resultados positivos e cuja experiência poderia ser compartilhada com países recém-egressos de conflito ou que estejam passando por distúrbios e/ou crises.



Funcionários civis da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) contribuem para a organização das eleições no país e distribuem materiais explicativos em Monróvia (31 de março de 2005).

UN Photo/Eric Kanalstein

A participação de civis em operações de paz e missões políticas especiais

Entre os países do sul global que mais contribuem com especialistas civis a operações de paz e missões políticas especiais estão os chamados medianos e, em certos casos, alguns menos desenvolvidos, como Serra Leoa, Gana e Quênia, entre outros. Estes países são particularmente motivados pelos programas de cooperação triangular e fundos multilaterais a que têm acesso e seus nacionais são financiados por países desenvolvidos.

¹⁵ Os novos desafios da agenda de segurança internacional levaram à maior necessidade de incluir especialistas civis em zonas de conflito ou recém-egressos de conflitos. Esta necessidade, aliada à limitada eficiência do Sistema ONU para contratar e desdobrar civis a estes locais, levaram em 2010 o Secretário Geral a criar um *Senior Advisory Group* para fazer uma revisão das capacidades civis internacionais, e apresentar possíveis soluções para o problema. Ver: ONU 2011 (A/65/747-S/2011/85).

Tabela 4: Principais países contribuintes de pessoal civil internacional a operações de paz e missões políticas especiais (2012)

Estados Unidos	382
Quênia	340
Filipinas	265
Índia	232
Reino Unido	215
Canadá	207
Serra Leoa	202
Gana	195
Sérvia	162
Nigéria	158
Etiópia	154
França	135
Paquistão	130
Uganda	128
Camarões	111
Tanzânia	109
Líbano	98
Côte d'Ivoire	98
Ruanda	96
Rússia	94

Fonte: ONU - DFS, 2012. Apud: Keaton e Wiharta, 2012, p.35.

Como mencionado, há somente 36 civis brasileiros nas missões de paz e missões políticas especiais da ONU. Atualmente, o Brasil é o 10º principal contribuinte ao orçamento regular da ONU e 14º ao orçamento para operações de paz. O incremento financeiro e militar (este último após a criação da missão de paz no Haiti) poderia vir também acompanhado de um aumento da participação de civis brasileiros, o que serviria para dinamizar a contribuição brasileira e as possibilidades de influenciar a agenda da segurança internacional.

Investimentos

O custo destes profissionais para o país patrocinador varia segundo a categoria e local aonde são desdobrados. No caso dos JPOs, que são geralmente contratados na categoria P-2, o ônus é assumido pelo governo patrocinador e o custo fica entre 300 e 400 mil dólares, por um período de dois anos. Além do salário, esse valor inclui seguro-saúde, auxílio deslocamento, diárias, entre outros. O custo dos SARCs é um pouco mais elevado, já que estes são contratados como P-3. O *Gratis Personnel*, por sua vez, exige investimento que varia segundo o nível profissional e a região de desdobramento, assim como os JPOs. O governo tem ônus limitado no caso dos GPPs, já que é responsável somente pelo salário e outros custos relacionados à função ou cargo ocupado. Isso indica que os custos para os GPPs devem estar presentes no orçamento aprovado para as missões, o que tem relação com os debates sobre orçamento que ocorrem no Quinto Comitê da Assembleia Geral. O engajamento do Brasil deve, portanto, contar também com um posicionamento favorável à expansão dos GPPs em missões de paz, de maneira que seus custos sejam contemplados no orçamento.

A título de exemplificação, os salários são calculados segundo o valor de base para cada categoria, mais a taxa de ajuste. Por serem, como regra, funcionários altamente especializados, GPPs são normalmente contratados como P-4 ou P-5, recebendo um salário que varia entre 87 e 133 mil dólares anuais, somados a uma taxa de ajuste segundo o país ou região onde devem trabalhar. No caso do Headquarters em Nova York, por exemplo, o custo salarial passa para a faixa de 144 a 220 mil por ano. No que se refere às regiões prioritárias para a política externa brasileira, o custo salarial médio tende a ser menor que o de Nova York. Em Porto Príncipe, por exemplo, um salário de P-4, mais a taxa de ajuste, fica em torno de 133 mil dólares por ano. Já em Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, o mesmo profissional receberia 139 mil dólares/ano.¹⁶



Funcionários da Seção de Assuntos Cívicos da Operação Híbrida da União Africana e das Nações Unidas em Darfur (UNAMID) conversam com mulheres desalojadas internamente sobre sua situação de segurança e de saúde (Darfur, 3 fevereiro de 2009)

UN Photo/Olivier Chassot

¹⁶ Para o cálculo dos salários na ONU, ver: <http://sas.undp.org/webforms/salaryCalculation/SalaryCalculation_UK.asp>. Acesso: 04/09/2013.

Oportunidades de Inserção e Vantagens para o Brasil

A participação do Brasil como Estado patrocinador gera pelo menos três vantagens para o país. A primeira é a projeção de *soft power*, uma vez que o maior número de brasileiros na organização demonstra interesse e capacidade do país de participar, de maneira mais ativa, da agenda da paz e segurança internacional, com maior possibilidade de influenciar seus rumos. Segundo, trata-se de uma atuação estratégica, que se dá por meio da seleção de países, regiões e áreas específicas para a atuação dos brasileiros, obedecendo, assim, às prioridades da política externa. Por fim, destaca-se a possibilidade de contar, em território nacional, com profissionais que regressam mais experientes e que, em certos casos, chegam a receber treinamento específico em diversas áreas de conhecimento, como coordenação, gerenciamento de projetos, direitos humanos, desenvolvimento, entre outras.

O engajamento do Brasil nos programas para jovens, como o JPO/AEP e SARC, apresenta-se particularmente vantajosa pois oferece a oportunidade de capacitação em diversas áreas, desde a assistência técnica multilateral até o gerenciamento de projetos, além da experiência em primeira mão sobre as atividades realizadas no terreno. O Brasil se beneficiaria deste programa através da formação de mão de obra especializada que, posteriormente, poderá ser utilizada pelo próprio governo, sobretudo em atividades relacionadas à cooperação técnica bilateral ou triangular e, em alguns casos, em atividades dentro do próprio território nacional. As áreas onde JPOs mais atuam, por exemplo, são centrais para países recém-egressos de conflito e em fase de reconstrução.¹⁷

No caso do envio de profissionais mais qualificados, como os GPPs, as vantagens são ainda maiores. Como mencionado, é possível definir a região aonde os brasileiros serão desdobrados, em que agências, programas, fundos ou órgãos os profissionais servirão, bem como as áreas de atuação. Aumenta-se, dessa maneira, a capacidade institucional do país em certas áreas específicas, como saúde, desenvolvimento, entre outras, com benefícios para programas de cooperação técnica bilateral ou triangular, ou mesmo para atividades dentro de território nacional, além de aumentar a capacidade de influenciar a tomada de decisão nessas áreas.

O simples aumento da presença brasileira na ONU resultaria estratégico para o país, particularmente *vis-à-vis* suas aspirações globais, comprometimento com o multilateralismo e vontade política de se engajar mais ativamente nos esforços para a paz e segurança internacional. Neste contexto, também existem outras oportunidades subaproveitadas, como licitações da ONU que tenham a participação de empresas privadas brasileiras, a maior participação da sociedade civil organizada nos processos da ONU e finalmente a nomeação de cargos políticos de alto nível dentro do Sistema. Se nos dois primeiros casos o principal empecilho é a falta de conhecimento a respeito dessas oportunidades, no último é importante não apenas a identificação do profissional, mas também a coordenação com a equipe diplomática responsável em Brasília ou nas sedes das Nações Unidas para que brasileiros altamente qualificados sejam considerados para cargos de alto nível, como Coordenadores Residentes, Representantes do Secretário Geral e chefes de departamentos, programas, fundos, agências e escritórios locais.

¹⁷ As principais áreas de atuação de JPOs incluem gênero (14%), saúde (13%), gerenciamento administrativo, governança e direitos humanos (10%), entre outros.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta Nota Estratégica ofereceu um panorama geral da situação de civis que trabalham na ONU, em particular daqueles que são ao menos parcialmente financiados pela ONU e dos que trabalham em missões de paz e em missões políticas especiais. Neste contexto, importantes vantagens e oportunidades foram identificadas para o Brasil, sobretudo no que se refere ao aumento da capacidade do país, através de recursos humanos qualificados, para cooperação técnica bilateral ou triangular, ou atividades de desenvolvimento no próprio país, além da participação em processos de tomada de decisão. Diante disso, recomenda-se ao governo brasileiro:

- Participar mais ativamente de pelo menos um dos programas de inserção de civis da ONU, parcial ou totalmente financiados pelos Estados-membros;
- Engajar-se em esforços diplomáticos para garantir que mais brasileiros devidamente reconhecidos e qualificados sejam considerados para posições sênior e de liderança na organização, a exemplo dos postos de Representante Especial do Secretário Geral em missões de paz, o de Coordenador Residente e mesmo aqueles de chefia dos departamentos e divisões da organização;¹⁸
- Participar de mais atividades de divulgação de mecanismos tradicionais de recrutamento, bem como outras possibilidades de inserção de civis na ONU em universidades (indo além dos cursos de relações internacionais) e junto a organizações da sociedade civil que se interessam pelo Sistema, atraindo indivíduos ávidos por participar dos esforços para consolidação da paz e segurança internacional.

Essa participação estratégica está em linha com as atuais aspirações internacionais do país e serviriam tanto para mostrar um maior engajamento multilateral do país nestas questões, como também para aprimorar sua própria capacidade em promover cooperação bilateral e triangular visando o desenvolvimento internacional. Trata-se de investimentos cujos efeitos serão percebidos a médio e longo prazo e, por isso, faz-se necessário iniciar desde logo o debate para que as primeiras iniciativas sejam postas em práticas e frutos colhidos em um futuro não tão distante.

¹⁸ Até a data da finalização desta Nota Estratégica, não foi possível obter o número exato atualizado de brasileiros por categoria “profissional”. Uma análise da proporção de brasileiros que ocupam cargos sênior ofereceria um panorama mais completo da inserção estratégica do Brasil na ONU.

Referências

Hamann, Eduarda Passarelli (2013). “A inserção de civis em contexto pós-conflito: oportunidade para a inserção internacional do Brasil”. Instituto Igarapé. <<http://igarape.org.br/ipea-o-envolvimento-de-civis-em-contextos-pos-conflito-oportunidade-para-a-insercao-internacional-do-brasil/>>.

Keaton, Paul e Sharon Wiharta (2012). “Synthesis Report of the baseline study on civilian capacity: a CivCap network joint research project”. NUPI. <<http://english.nupi.no/Publications/Books-and-reports/2012/Synthesis-Report-of-the-Baseline-Study-on-Civilian-Capacity>>.

ONU - Chief Executives Board for Coordination (2013). “Personnel statistics” (CEB/2013/HLCM/HR/12). <http://www.unsceb.org/CEBPublicFiles/Human%20Resources%20Network/Document/CEB_2013_HLCM_HR_12.pdf>.

ONU – Assembleia Geral (2012a). “Implementation of General Assembly resolutions 55/235 and 55/236” (A/67/224/Add.1). <www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/224/Add.1>.

ONU – Assembleia Geral (2012b). “Composition of the Secretariat: gratis personnel, retired staff and consultants and individual contractors” (A/67/329/Add.1) <www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/329/Add.1>.

ONU – Assembleia Geral (2012c). “Resolution adopted by the General Assembly on 16 March 2012 - 66/255. Civilian Capacity in the Aftermath of conflict” (A/66/255) <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/255>.

ONU - Secretariado (2012a). “Assessment of Member States’ contributions to the United Nations regular budget for the year 2013 and of new Member States’ advances to the Working Capital Fund for the biennium 2010-2011 and contributions to the United Nations regular budget for 2011 and 2012” (ST/ADM/SER.B/866). <www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=ST/ADM/SER.B/866>.

ONU - Secretariado (2012b). “Civilian Capacity in the Aftermath of conflict” (A/67/312-S/2012/645). <www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/312>.

ONU – *Senior Advisory Group* (2011). “Civilian Capacity in the Aftermath of Conflicts. Independent report of the Senior Advisory Group” <www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/65/747>.

Vermeij, Lotte; Paul Troost e Onur Sazak (2013). “Selection Procedures and Incentives for Government Provided Personnel (GPP) in the Rule of Law”. NUPI. <www.nupi.no/content/download/460246/1537055/file/NUPI%20Policy%20Brief-12-13-Vermeij,%20Troost%20and%20Sazak.pdf>.



BRAZIL IN THE WORLD

A série “Brazil in the World” é uma iniciativa do Instituto Igarapé e do CEBRI e tem como principal objetivo mapear os próximos passos para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Com papers estratégicos e workshops que tratam de temas relacionados à reforma, busca-se identificar vias para superar o impasse e analisar o papel do Brasil neste processo, bem como formas de o país aumentar a sua projeção política no CSNU e na ONU. A iniciativa visa também influenciar a construção de um modelo positivo de reforma por parte do Brasil e de outros atores, com recomendações práticas sobre como a arquitetura do sistema internacional em geral, e as Nações Unidas em particular, podem ser lapidadas e reconstruídas de modo a cumprir o seu principal objetivo: a manutenção da paz e da segurança internacional.

NOTAS ESTRATÉGICAS PUBLICADAS PELO INSTITUTO IGARAPÉ

NOTA ESTRATÉGICA 11 - A DIÁSPORA CRIMINAL: O ALASTRAMENTO TRANSNACIONAL DO CRIME ORGANIZADO E AS MEDIDAS PARA CONTER SUA EXPANSÃO

JUAN CARLOS GARZÓN VERGARA | NOVEMBRO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 10 - SMARTER POLICING: TRACKING THE INFLUENCE OF NEW INFORMATION TECHNOLOGY IN RIO DE JANEIRO

GRAHAM DENYER WILLIS, ROBERT MUGGAH, JUSTIN KOSSLYN E FELIPE LEUSIN | NOVEMBRO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 9 - IS TOURISM HAITI'S MAGIC BULLET? AN EMPIRICAL TREATMENT OF HAITI'S TOURISM POTENTIAL

ATHENA KOLBE, KEELY BROOKES E ROBERT MUGGAH | JUNHO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 8 - VIOLENCIA, DROGAS Y ARMAS ¿OTRO FUTURO POSIBLE?

ILONA SZABÓ DE CARVALHO, JUAN CARLOS GARZÓN E ROBERT MUGGAH | JULHO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A PROMOÇÃO DA PAZ NO CONTEXTO PÓS-2015: O PAPEL DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

ROBERT MUGGAH, IVAN CAMPBELL, EDUARDA HAMANN, GUSTAVO DINIZ E MARINA MOTTA | FEVEREIRO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 6 - AFTER THE STORM: HAITI'S COMING FOOD CRISIS

ATHENA KOLBE, MARIE PUCCIO E ROBERT MUGGAH | DEZEMBRO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 5 - BRAZIL'S EXPERIENCE IN UNSTABLE SETTINGS

EDUARDA PASSARELLI HAMANN E IARA COSTA LEITE | NOVEMBRO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 4 - COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA

IARA COSTA LEITE E EDUARDA PASSARELLI HAMANN | SETEMBRO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A EXPERIÊNCIA DO BRASIL EM CONTEXTOS INSTÁVEIS

EDUARDA PASSARELLI HAMANN E IARA COSTA LEITE | AGOSTO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 2 - THE ECONOMIC COSTS OF VIOLENT CRIME IN URBAN HAITI (AGO 2011 - JUL 2012)

ATHENA R. KOLBE, ROBERT MUGGAH E MARIE N. PUCCIO | AGOSTO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 1 - HAITI'S URBAN CRIME WAVE? RESULTS FROM MONTHLY HOUSEHOLDS SURVEYS (AGO 2011 - FEV 2012)

ATHENA KOLBE E ROBERT MUGGAH | MARÇO 2012

A série NOTAS ESTRATÉGICAS é publicada pelo Instituto Igarapé • Layout: Scriptorium Design

Essa publicação foi produzida com o apoio do Departamento de Desenvolvimento Internacional da Grã Bretanha (DfID) e do Governo do Reino da Noruega.

INSTITUTO IGARAPÉ

Rua Conde de Irajá, 370 Rio de Janeiro, RJ 22271-020 - Brasil

Rio de Janeiro: +55 21 3283-7073 | Brasília: +55 61 3526-1960 | www.igarape.org.br